

# por sinal

Ano 12 ■ nº 40

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

## ESTADO BRASILEIRO Reconstrução ou desmonte?

ENTREVISTA COM  
O DEPUTADO FEDERAL MIRO TEIXEIRA

O Estado é público,  
é do povo



# Uma agenda cheia para 2013

Esta edição está atrasada por causa da campanha salarial, que teve um desfecho, embora não definitivo, só nos últimos dias de 2012. Concordamos com a proposta de 15,8% de reajuste, parcelados em três vezes (2013, 2014 e 2015), mas ainda dependemos da aprovação do Orçamento da União e do Projeto de Lei com os aumentos das categorias que assinaram o acordo com o governo nessa segunda rodada.

Outro fato importante é que o Sinal passou a integrar a nova Executiva do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), para o triênio 2013-2015.

Desde o lançamento do Plano Brasil Maior, em 2011, com os objetivos de estimular o investimento e a inovação, promover o comércio exterior, defender a indústria e o mercado interno, o governo da presidente Dilma Rousseff vem reduzindo impostos e desonerando a folha de pagamento de diversos setores empresariais. Na reportagem “Estado brasileiro – Reconstrução ou desmonte?”, discutimos a viabilidade dessa política de recuperação do crescimento industrial, ouvindo economistas com avaliações diferentes: os mais otimistas, que acreditam que o governo está no caminho certo, e os que acham que ele aposta numa via de curto prazo duvidosa. Sobre a proposta de desoneração da folha de pagamento, o Dieese alerta para o risco da redução dos direitos trabalhistas e da proteção social.

Com base na premissa de que a sociedade desconhece o papel do Banco Central e os serviços prestados ao cidadão, produzimos uma espécie de radiografia da instituição, explicando suas atividades essenciais como a administração das reservas internacionais do país – US\$ 378 bilhões, acumulados até outubro. Outra função, talvez a mais conhecida, é da assessoria do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Comitê de Política Monetária (Copom) nas decisões que estabelecem as diretrizes da política monetária e a taxa de juros de referência para a economia.

Outra questão, da qual o BC é promotor e indutor, é a inclusão financeira. A presidência do Banco criou, recentemente, a Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania, com os departamentos de Atendimento

Institucional e de Educação e de Inclusão Financeira, para dar sequência a essas atividades e aproximar a instituição e a sociedade.

Valorizar as atuais regionais do Banco Central foi o tema central da 25ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do Sinal, realizada entre 15 e 18 de novembro, em Belém do Pará, cidade da mais frágil seção regional do BC. Defendemos um Banco Central mais perto da população, com presença expressiva no território nacional. Regionais fortes e atuantes são fundamentais para garantir um desenvolvimento econômico com inclusão social.

O entrevistado desta edição é o deputado federal Miro Teixeira, defensor do Estado, acima dos governos. Ele deu sua opinião sobre vários assuntos de interesses dos leitores da **Por Sinal**, entre eles, lei de greve e negociação coletiva, royalties do pré-sal, Fundo Soberano, origem da corrupção no Estado brasileiro e a necessidade do controle externo do Legislativo e do Executivo.

Nossa “prata da casa” é o paulista Jorge Nelson Ribeiro. Nascido em Botucatu, ingressou no Banco Central em 1977. Era chamado de “boi”, apelido bem-humorado que o pessoal deu ao código de carreira B01, com o qual o BC registrava, na época, seus primeiros concursados. Recém-aposentado, Jorge terminou sua passagem pelo BC trabalhando no que mais gostava: o atendimento ao público.

Na reportagem “O Congresso e o interesse do servidor do BC”, a **Por Sinal** traz um balanço de 2012 e as perspectivas para 2013, que terão como desafios, entre outros assuntos relevantes, a regulamentação do direito de greve e dos acordos salariais, a aprovação na CCJC da PEC 147 e a criação de comissão especial para examinar seu mérito e o exame e a aprovação da PEC 555.

Por fim, trazemos novamente a discussão do projeto de lei da minirreforma do Código de Defesa do Consumidor, que prevê temas que só agora ganharam atualidade, como o superendividamento dos brasileiros, ou que nem existiam quando a lei foi aprovada há 20 anos, como o comércio eletrônico.

Desejamos uma boa leitura e “por sinal” um ótimo 2013.

## SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL (SINAL)

### Conselho Nacional Biênio 2011/2013

Presidente  
Sérgio da Luz Belsito

Belém  
Pedro Paulo Soares Rosa

Brasília  
José Ricardo da Costa e Silva  
Gregório Alberto Saiz Lopes  
Josina Maria de Oliveira

Belo Horizonte  
Bruno Colombo Figueiredo

Curitiba  
Miguel Hostílio Silveira Vargas

Fortaleza  
Julia Walesca Gomes de Carvalho

Porto Alegre  
Alexandre Wehby

Recife  
Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro  
João Marcus Monteiro  
Jarbas Athayde Guimarães Filho  
Julio César Barros Madeira  
Luiz Rafael Gonçalves Giordano

Salvador  
Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo  
Aparecido Francisco de Sales  
Eduardo Stalin Silva  
Iso Sendacz

### Diretoria Executiva Nacional Biênio 2011/2013

Presidência: Sérgio da Luz Belsito  
Diretor Secretário: Júlio Cesar Barros Madeira  
Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho  
Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas  
Diretor de Comunicação: Gustavo Diefenthaler  
Diretor de Assuntos Previdenciários: Eduardo Stalin Silva  
Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva  
Diretor de Estudos Técnicos: Edilson R. de Sousa  
Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais:  
Iso Sendacz  
Diretora Extraordinária de Qualidade de Vida:  
José Vieira Leite

## EXPEDIENTE ANO 12 NÚMERO 40 JANEIRO 2013

### Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários  
do Banco Central do Brasil

### Conselho Editorial

Aparecido Francisco de Sales, Edilson Rodrigues de Sousa,  
Gustavo Diefenthaler, José Manoel Rocha Bernardo, Mauro  
Cattabriga de Barros, Sérgio Canas Prata, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal  
SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo  
Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3322-8208  
nacional@sinal.org.br  
www.sinal.org.br

### Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti  
(Letra Viva Comunicação)  
Reportagem: Rosane de Souza, Paulo Vasconcelos  
e Myrian Luiz Alves  
Diagramação: Tabaruba Design  
Ilustrações: Claudio Duarte  
Impressão: Ultra Set  
Tiragem: 9.000  
Assessoria de Comunicação do Sinal: Aipy Imprensa Design  
www.aipy.com.br

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.  
O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas  
nos artigos assinados.

CONJUNTURA ECONÔMICA

**ESTADO BRASILEIRO**  
**Reconstrução ou desmonte?**

**Página 4**



FUNCIONALISMO PÚBLICO

**Governo fecha  
acordo salarial**

**Página 10**

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

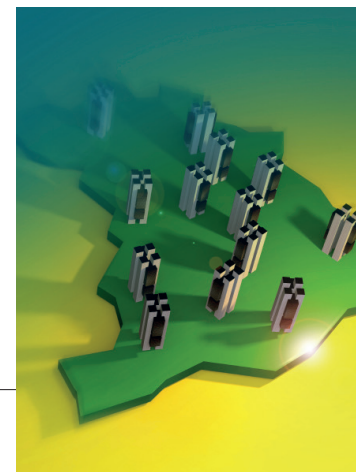
**A nova cara do BC**

**Página 12**

RESOLUÇÕES DA 25ª AND

**Regionais fortes e atuantes**

**Página 16**



ENTREVISTA/ DEPUTADO MIRO TEIXEIRA

**O Estado é público,  
é do povo**

**Página 20**

PRATA DA CASA

**Uma história ao lado  
(e do lado) do cidadão**

**Página 29**



AGENDA SINAL

**O Congresso e o interesse do servidor do BC**

**Página 32**

CRIME DE ECONOMIA POPULAR

**Anúncio de venda a crédito  
sem juros pode ser proibido**

**Página 34**







# ESTADO BRASILEIRO

## Reconstrução ou desmonte?

Proposta do governo de desonerar  
folha de pagamento de empresas  
pode abrir espaço para redução dos  
direitos trabalhistas e da proteção  
social, alerta Dieese

ROSANE DE SOUZA



Desde que lançou o Plano Brasil Maior, em 2011, com o objetivo declarado de estimular o investimento e a inovação, promover o comércio exterior, defender a indústria e o mercado interno, o governo da presidente Dilma Rousseff vem reduzindo impostos e desonerando a folha de pagamento de diversos setores empresariais. Os pesados investimentos no programa de desoneração do Custo Brasil incluíram, em 2012, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, fogões, geladeiras, bens de capital, material de construção, móveis e tecidos.

Só com o pacote de bondades para a indústria automobilística, o Brasil deixou de arrecadar R\$ 26 bilhões. O custo total da renúncia fiscal, em 2012, foi de R\$ 43 bilhões. Para 2013, já estão programados mais R\$ 15 bilhões. Outros R\$ 3,6 bilhões deixarão de ser recebidos pela União, para garantir o corte da tarifa de energia, também anunciado pelo governo no fim do ano passado.

#### ► Visão de curto prazo

Na tarde do dia 28 de dezembro, a Receita Federal também entrou em cena para esclarecer o decreto que definiu os setores industriais que passarão a se beneficiar com outro tipo de desoneração, o da folha de pagamento. Essas empresas vão substituir a contribuição patronal para o INSS, hoje estabelecida em 20% sobre a folha, por uma alíquota de 1% ou 2% sobre o faturamento, que não será cobrada nas exportações.

As novas regras de desoneração da folha já valem a partir deste mês, apesar de não haver consenso sobre os

seus efeitos. “Com a medida, o governo diz querer incentivar o crescimento da economia e a formalização do emprego, mas há dúvida de que o artifício tenha peso para elevar a competitividade industrial do Brasil”, afirmou Clóvis Scherer, supervisor do escritório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Distrito Federal, entidade que elaborou, também, uma Nota Técnica sobre o assunto.

Vinte por cento da contribuição não são suficientes para reverter a situação, acredita Scherer, para quem a desoneração é um desafio muito grande em busca da preservação da indústria brasileira. Segundo ele, o governo aposta em uma via de curto prazo, duvidosa.

#### ► Sinais contraditórios

Grande parte dos economistas acredita que os males brasileiros têm origem na desindustrialização e inserção regressiva no mercado internacional, provocadas pela adoção de políticas macroeconômicas de cunho liberal por um longo período de tempo. Finalmente, chegou a conta do estrago. É o caso do professor Nilson Araújo de Souza, da Universidade Federal de Integração Latino-Americana, a última criada pelo presidente Lula. “Eles dizem que, hoje, *commodities* e produtos industriais têm pesos iguais, mas isso é um grande sonho, e temporário. Só dura enquanto a China mantiver o desenvolvimento e o preço dos produtos primários”, diz. O professor também lembra que o Brasil não é o único vendedor de produtos primários, o que só piora a situação.

Araújo afirma que a participação da indústria na economia nacional, que chegou a mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) até a década de 1980, caiu até chegar a 18%, colocando o Brasil numa vulnerabilidade internacional muito grande. O economista está convicto de que a deterioração dos termos de intercâmbio do país é provocada pela política de desmonte do Estado, iniciada no governo de Fernando Collor de Mello e, agora, retomada por Dilma Rousseff, com a concessão de rodovias e aeroportos. “A ideia inicial das concessões era para novas rodovias, construídas em parcerias público-privadas. Hoje, no entanto, obedecem à mesma lógica de venda das empresas estatais”, diz o professor.

Para João Sicsú, ex-diretor de Políticas e Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ), porém, a situação é um pouco diferente. Ele garante que essas decisões governamentais fazem parte de uma estratégia cuidadosa de reconstrução do Estado brasileiro, e tem como outra vertente o fortalecimento dos bancos estatais, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica (CEF) e Banco do Brasil. “Há espaço para a desoneração sem aumento do déficit público, por conta da receita extra de R\$ 30 bilhões, só em 2012, pelos cálculos do Banco Central, com a queda de juros”, assinala Sicsú, para quem o que está errado no sistema é o Imposto de Renda: “O IR sobre o investimento e a



produção inibe o investimento”, enfatiza.

De resto, acredita Sicsú, a economia segue bem, com a estabilização da democracia, o recorde de formalização do emprego, o aumento em termos reais de 60% do salário mínimo, a melhora nas contas da Previdência, a queda de 60% para 40% da dívida pública em relação ao PIB e de 4,5% para 2% do déficit nominal.

Visão bem diferente tem o professor Araújo, autor do livro “A longa agonia da dependência – Economia brasileira contemporânea”. Na sua opinião, as empresas não investem por falta de futuro. “A presidente Dilma Rousseff retomou o processo de saída do Estado da economia, com as concessões que vêm sendo feitas à iniciativa privada.”

#### ► Os impactos da desoneração

Para avaliar os resultados da medida de desoneração da folha de pagamento das empresas foi criada uma Comissão Tripartite, composta por representantes do governo federal, dos empresários e dos trabalhadores. Estes últimos indicaram o Dieese como seu representante legal na Comissão. Uma das preocupações dos trabalhadores, segundo Clóvis Scherer, é com o financiamento da Seguridade e da Previdência Social, uma vez que só em 2012 o governo abriu mão de uma arrecadação equivalente a mais de R\$ 8 bilhões e, em 2013, já estão programados R\$ 12 bilhões.

O especialista do Dieese diz que se for mantido o que está na lei, não haverá problema, porque o Tesouro Nacional vai cobrir eventuais perdas. Mas há o risco de essas serem alardeadas

como déficit da Previdência, o que no Brasil seria uma promoção de venda e privatização da Seguridade Social. E o mais grave, alerta, é que, até agora, o que se viu foi o Estado abrindo mão da arrecadação previdenciária e usando recursos do Tesouro para cobrir o rombo da renúncia fiscal, sem que tenha sido exigido das empresas quaisquer condicionalidades ou contrapartidas, como, por exemplo, manutenção e geração de empregos e de trabalho decentes.

Por tudo isso, a Nota Técnica, publicada pelo Dieese, adverte a importância de se aprofundar a discussão sobre a medida, uma vez que a receita da contribuição previdenciária patronal

“

**A deterioração dos termos de intercâmbio do país é provocada pela política de desmonte do Estado, iniciada no governo Collor.**

NILSON ARAÚJO DE SOUZA,  
Economista da Universidade Federal  
de Integração Latino-Americana  
Economi



incidente sobre a folha de salários alcançou, em 2012, a cifra de R\$ 106,8 bilhões, quantia que dá uma ideia de quanto a desoneração pode mexer no financiamento da Previdência Social e, portanto, da Seguridade Social.

#### ► **Todo cuidado é pouco**

O Dieese alerta os trabalhadores sobre a necessidade de ficarem bem atentos aos conteúdos dos projetos de desoneração da folha. Afinal, sob o disfarce de combater a corrosão da competitividade industrial há uma série de propostas que visam a reduzir custos, inclusive do trabalho, e alcançar outros benefícios, mas apenas para as empresas.



### **O serviço público é componente essencial de outra lógica, a da antimercadoria.**

**JOSÉ PAULO VIEIRA**  
Diretor Financeiro do Sinal-São Paulo

No Congresso Nacional, por exemplo, tramitam propostas que objetivam proporcionar maior flexibilidade aos empresários na contratação de pessoal, inclusive terceirizados. “O discurso governamental tem sido desonerar sem reduzir os direitos trabalhistas e a proteção social. Porém, os trabalhadores precisam estar atentos, pois as alterações na regulamentação podem ter impactos negativos, muitas vezes de difícil visualização pela sociedade.”

Outro perigo vem do comportamento do próprio governo, que não realiza as reuniões da Comissão Tripartite e prefere ouvir os empresários bem longe da ribalta. As decisões de Dilma Rousseff, principalmente na área de gestão de recursos humanos, teriam, por exemplo, forte influência do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, criador do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Gerdau seria quase um guru da presidente.

A grande contribuição do MBC seria na área de gestão empresarial da política, através da consultoria de empresas como Falconi Consultores de Resultado (ex-INDG), McKinsey e Ernest & Young. A gestão do Estado baseada em métodos da iniciativa privada vem fascinando gestores pelo Brasil afora e os prefeitos das capitais – os mais novos de São Paulo, Fernando Haddad, e de Salvador, ACM Neto – e abarcaria, inclusive, a administração da totalidade dos seus recursos humanos, para os quais também seriam exigidos a eficiência e o comportamento de empregados privados.

José Paulo Vieira, servidor do

Banco Central e diretor Financeiro do Sinal-São Paulo, acredita que os servidores federais têm total interesse na eficiência da gestão pública. “É nossa razão de ser e é o pressuposto de nossa realização profissional”, diz. Contudo, a contrapartida é a preservação do valor da remuneração, com reajuste anual, e o esclarecimento com transparência do que significa eficiência do servidor público. Isso porque, na opinião de Vieira – administrador com mais de 30 anos de experiência, além de mestrado e doutorado vinculados ao serviço público –, os critérios conhecidos de eficiência privada não se adequam ao interesse público. “A maximização das receitas, combinada com a minimização de despesas e dos investimentos, somada à atração fatal pelo consumidor de maior renda e desprezo aos demais – além da desconsideração por tudo o que for periférico (áreas geográficas, setores econômicos ou segmentos populacionais) –, simplesmente não atende à lógica do interesse público.”

O serviço público, explica o administrador, é componente essencial de outra lógica, a da antimercadoria. “As políticas públicas devem visar à excelência e à qualidade, mas para viabilizar e operar direitos da cidadania, e jamais seguir a lógica da competição.”

**Novo ano,  
novos motivos para  
estarmos juntos!**



**PGAFI**



**Seguros**



**Consórcios**



**Instituto de  
Excelência  
Profissional**



**Dez Filiadas**

*Em 2012 a FENASBAC concluiu uma etapa de grande sucesso e significativas mudanças. Este ano dá início a uma nova fase repleta de novidades. Já o Instituto FENASBAC de Excelência Profissional começa 2013 com uma programação de cursos especialmente moldados para atender as exigências de qualificação e aperfeiçoamento de alta performance nas organizações. Concluída a reforma de nossa Sede, agora você pode desfrutar de uma FENASBAC com estrutura ainda mais moderna, ambientes funcionais integrados e muito mais conforto para melhor servir.*

**Faça-nos uma visita no Setor Bancário Sul.**



**0800-646-1055**  
[www.fenasbac.com.br](http://www.fenasbac.com.br)

SBS Q. 2, Bloco A, Ed. Casa de São Paulo, 7º andar, Brasília-DF



# Governo fecha acordo salarial

**Enfim, prevaleceu o bom senso. Na pauta de discussão para 2013, a mesa de negociação salarial e a regulamentação do direito de greve dos servidores**

Na queda de braço com dez carreiras do serviço público – entre as quais, as dos servidores do Incra, do Banco Central e da Receita Federal – e os agentes da Polícia Federal que não aceitaram o reajuste de 15,8% parcelados em três anos, quem cedeu primeiro parece ter sido o governo federal, que mudou o discurso, garantindo, assim, o acordo com todas as carreiras.

A presidente Dilma Rousseff reabriu o prazo para que as entidades que não assinaram acordo salarial em 2012 para os anos 2013, 2014 e 2015 submetessem novamente às suas respectivas assembleias a proposta de 15,8%, em três parcelas de 5%, e muitas delas, como os servidores do

BC e os auditores-fiscais da Receita Federal, finalmente aceitaram o acordo, depois de uma cuidadosa avaliação da conjuntura. “Até o Supremo Tribunal Federal aderiu à proposta de 15,8% do governo”, disse Vilson Romero, diretor de Seguridade Social e Justiça Fiscal do Sindifisco Nacional, acrescentando que a luta, este ano, é pela reestruturação da carreira e por uma brecha legal que permita ativos, aposentados e pensionistas receberem um plus ao subsídio.

O primeiro gesto de trégua foi dado pelo secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, ao assegurar que as negociações com todas essas carreiras seriam retomadas no início de 2013.

Já numa audiência pública sobre política salarial para as carreiras do Estado, no dia 20 do mesmo mês, o secretário reafirmou estar muito próxima a institucionalização de uma mesa de negociação salarial, com definição de data-base inclusive, e a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos. “Acho que estamos amadurecendo essa discussão e vamos dar um salto de qualidade em 2013”, disse.

## ► Recuo prudente

As mudanças de humor e comportamento dos integrantes do governo foram percebidas pelos funcionários do BC, que aprovaram a proposta do reajuste parcelado, com base na promessa de concessão de reajuste no subsídio dos especialistas, nas mesmas datas e em patamares não inferiores aos concedidos às carreiras de gestão governamental.

O recuo do governo foi considerado prudente pelos especialistas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). “É o reconhecimento de que houve falhas na condução do processo de negociação”, disse o analista político e diretor de Documentação do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho.

Na avaliação do especialista do Diap, os servidores rejeitaram o acordo mais pela maneira com que foram tratados pelo governo durante toda a negociação, que, aliás, se deu em prazo muito curto e com muita provocação, do que propriamente pela questão financeira. Sérgio da Luz Belsito, presidente do Sinal, lembrou que os re-

presentantes do governo declararam diversas vezes, até oficialmente, nas mesas de negociações, que em 2013 o reajuste seria zero. “Eles também tentaram de várias formas antipatizar os servidores, em especial, os das carreiras estratégicas do Estado, chamando-os de ‘sangue-azul’ e ‘privilegiados da estabilidade’”, enfatizou. Tudo que o Executivo conseguiu foi ajudar a promover uma unidade histórica do funcionalismo federal.

Parece que, em meio à tempestade, o governo federal tomou consciência de que o pequeno contingente dos servidores que recusaram a proposta de reajuste de 15,8% simplesmente pertence a cinco núcleos essenciais do aparelho de Estado: o sistema financeiro, de arrecadação, de regulação, de infraestrutura e de segurança pública. Ou

seja, suas responsabilidades impedem que sejam incluídos no rol dos desafetos do governo federal. Essas responsabilidades foram bem resumidas em artigo de Toninho, publicado no site do Diap. O pessoal do núcleo financeiro, por exemplo, maneja os mecanismos de redução da taxa de juros, do controle do câmbio e da inflação.

As carreiras da Auditoria da Receita e do Trabalho, por sua vez, cuidam da arrecadação dos tributos e do combate ao trabalho degradante. São fundamentais, portanto, para garantir recursos no tesouro, especialmente neste momento de crise econômica e desoneração de tributos, e dignidade aos trabalhadores brasileiros.

Já os servidores das agências reguladoras, no instante em que o governo implementa o chamado PAC das Con-

cessões (aeroportos, portos, rodovias, ferrovias e energia), serão fundamentais para fiscalizar e regular os concessionários e prestadores de serviço.

O pessoal da infraestrutura, responsável pela execução e pelo planejamento, fiscalização e gestão das obras, faz parte de outro programa fundamental da presidente Dilma. Finalmente, os agentes, papiloscopistas e escrivães da Polícia Federal, que, além de cuidar das diligências e serviços de inteligência da Polícia, têm a responsabilidade de garantir a segurança dos grandes eventos que acontecerão no Brasil nos próximos anos, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. “Deixar esses servidores fora do direito ao reajuste nos próximos três anos seria completa insanidade”, advertiu Toninho. ■

## Sinal integra nova Executiva do Fonacate

Na quarta-feira, 12 de dezembro, foram eleitos, em assembleia-geral nacional, a nova diretoria executiva e o conselho fiscal do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) para o triênio 2013-2015. Roberto Kupski, secretário-geral na gestão anterior, presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), é o novo presidente. O presidente nacional do Sinal, Sérgio da Luz Belsito, ocupará a 4ª vice-presidência e a diretoria de Relações Institucionais do colegiado.

A reunião discutiu a minuta do projeto de Lei de Greve do Serviço Público. Elaborada por um grupo temático do fórum, baseado em pontos já aprovados na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aborda, além do Direito de Greve, a importância da mesa de negociação e a liberdade para o exercício classista. Após a última revisão que será feita para retificar alguns pontos no projeto, a diretoria executiva do Fórum vai entregar a minuta para parlamentares no Congresso Nacional.

Já que valorização das carreiras é uma das metas da nova diretoria do Fonacate, foi nesse eixo que o deputado João Dado (PDT-SP) fez seu discurso ao participar da posse dos membros eleitos. “Estamos perdendo o jogo político. Recentemente, vivemos a criação da Funpresp, que vai resultar na desvalorização de todos os servidores que recebem acima do teto do INSS, e já tivemos reformas anteriores que nos tiraram importantes conquistas históricas”, alertou João Dado.





# A nova cara do BC

## Sociedade desconhece o papel da instituição e os serviços prestados ao país

PAULO VASCONCELLOS

Uma equipe de cem funcionários do Banco Central administra uma das maiores riquezas do Brasil: as reservas internacionais do país. Cabe a eles garantir que os US\$ 378 bilhões acumulados até outubro – para serem utilizados na manutenção da taxa de câmbio no nível determinado pela política econômica e para o enfrentamento de choques externos – não percam rentabilidade nas aplicações em títulos da dívida de outras nações.

No pior momento da crise de 2008, por exemplo, o BC vendeu cerca de US\$ 15 bilhões à vista, US\$ 33 bilhões no mercado futuro e facilitou ao sistema financeiro acesso a US\$ 25 bilhões com o intuito de dar liquidez aos exportadores. Hoje, o Brasil tem a sétima maior carteira de moeda estrangeira do mundo, atrás apenas da China, com US\$ 3,2 trilhões; Japão, com US\$ 1,2 trilhão; Zona do Euro, com US\$ 883 bilhões; Rússia, com US\$ 522 bilhões; Arábia Saudita, com US\$ 410

bilhões; e Taiwan, com US\$ 380 bilhões. A missão do Departamento das Reservas Internacional (Depin), vinculado à Diretoria de Política Monetária (Dipom), que passa ainda pela preocupação em melhorar a gestão dos recursos a fim de reduzir o custo fiscal da manutenção das reservas para o governo, é apenas uma das múltiplas atribuições do Banco Central.

“A importância do Banco Central do Brasil está além do cumprimento da missão institucional de assegurar a estabilidade do poder de compra como sistema financeiro sólido e eficiente, pois a compreensão da complexidade e carências de nossa sociedade são catalisadores do comprometimento e dedicação dos funcionários, daí o reconhecimento público dos serviços prestados à sociedade”, afirma Edilson Rodrigues, diretor de Assuntos Técnicos do Sinal e integrante do Conselho Editorial da **Por Sinal**. Vale registrar que o site do BC tem informações e ferramentas im-

portantíssimas para o cidadão comum, como a Calculadora do Cidadão, graças ao excelente trabalho do Departamento de Informática do Banco. “A política monetária avançou muito nos últimos anos, desde quando os bancos centrais eram ‘templos’ em que se praticava uma arte esotérica ao alcance apenas de alguns iniciados e era mantida no maior segredo. A prática monetária tinha um dialeto próprio, usado mais para esconder as ideias (quando elas existiam!) do que para explicar os fundamentos das medidas. Em nossos dias, especialmente na gestão de Alexandre Tombini, passaram a prevalecer a transparência e a comunicação aberta e fácil, o apanágio da nova política monetária”, defende o ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, em artigo publicado na revista Carta Capital.

Não por acaso, o Banco Central é uma das poucas instituições da administração pública que tem presidente e diretores sabatinados pelo Senado

Federal antes de nomeados pelo presidente da República, como determina a Constituição Federal de 1988. As oito diretorias em que se divide o organograma do BC são responsáveis desde a administração do pessoal e do orçamento do Banco até a estabilidade macroeconômica do país para que se crie um ambiente fértil ao desenvolvimento de inovações tecnológicas e de uma sociedade democrática. Como banqueiro do governo, o Banco Central detém suas contas mais importantes, como a conta única do Tesouro Nacional. Num de seus papéis mais conhecidos, assessora o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Comitê de Política Monetária (Copom) nas decisões que estabelecem as diretrizes da política monetária e a taxa de juros de referência para a economia.

Na administração das moedas e cédulas, o meio circulante do Banco (Mecir), da Diretoria de Administração (Dirad), programa o estoque de moeda para suprir as necessidades de toda a economia. O BC também compra e vende títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional para administrar a liquidez do mercado. Na função de banco dos bancos, atua como normatizador e regulador da oferta de crédito e de aplicações realizadas pelas instituições financeiras. Mantém, ainda, sistemas essenciais para outros segmentos como o Bacen Jud, que permite ao Poder Judiciário bloquear e desbloquear valores, e o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (Cadin), que reúne os inadimplentes com o setor público federal.

### ► Um papel pouco conhecido

“O Banco Central tem uma diversidade muito grande de atribuições, todas de grande relevância para a economia nacional. É um papel tão importante que o tratamento reivindicado pela categoria representa quase nada em relação ao volume de recursos sobre os quais o Banco tem influência”, diz Heitor Invernizzi, coordenador de área do Depin e autor de um trabalho sobre a importância da instituição. “A ideia era estabelecer o embrião de um projeto maior, porque o papel do Banco Central é muito pouco conhecido dos próprios funcionários, quanto mais da sociedade.”

“Se o país progrediu, alcançou um nível economicamente mais avançado, deve boa parte disso ao Banco Central, graças à compreensão que o governo Lula teve da importância da instituição. Agora, o governo Dilma não pode desmanchar o que foi feito e por em risco o funcionamento do Banco e da própria estabilidade do país”, completa José Manoel Rocha Bernardo, funcionário do Banco Central e também conselheiro da **Por Sinal**, ao se referir à forma como Dilma tratou o movimento dos servidores federais em 2011.

Foi a eficiência das ações do Banco que garantiu, em agosto deste ano, que o total das operações de crédito do sistema financeiro atingisse R\$ 2,2 trilhões. O mercado de crédito – até setembro, composto por 393 conglomerados, 180 bancos, 1.309 cooperativas de crédito e 243 administradoras de consórcio, num total de mais de 2.100 instituições com cerca de 70 mil agências e postos de atendi-

to e ativos superiores a R\$ 5 trilhões – é supervisionado pelo BC por meio de normas e ações que minimizam as ameaças de risco, individual ou sistêmico, e evitam a insolvência do sistema financeiro nacional. Técnicos promovem, periodicamente, testes de estresse e de calibragem do sistema bancário a fim de verificar os riscos de mercado.

A saúde de cada instituição financeira é analisada e monitorada para prevenir a possibilidade de contaminação de todo o sistema. Além disso, o BC atua no combate e na prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento de terrorismo, nos processos administrativos das instituições de crédito, nas liquidações extrajudiciais, nas intervenções e nos regimes de Administração Especial Temporária (Raet). Administra ainda o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e o Comitê de Estabilidade Financeira.

Para reduzir os riscos do Sistema Financeiro Nacional, o Banco Central idealizou e implantou um dos mais modernos e complexos sistemas de pagamentos do mundo: o Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB). É por ele que correm todas as transações de liquidação financeira da economia brasileira. Tudo é compensado no Sistema de Transferência de Reservas (STR) – da compra de um pão na padaria com cartão de débito a transações na bolsa de valores. Câmaras de compensações, grande parte com liquidação em tempo real, impedem a transação em caso de falta de fundos para reduzir o risco de crédito que antes era assumido pelo Banco e podia atingir as instituições

financeiras. Só em janeiro deste ano circularam pelo STR R\$ 20,5 trilhões, valor equivalente a cinco vezes a produção de todo o país em um ano inteiro.

### ► Guardiã da moeda

Como executor da política monetária, o Banco Central prepara a programação monetária, administra a oferta de moeda e impõe medidas de variações nos depósitos compulsórios dos bancos, de operações de redesconto e de restrições nos prazos de crédito. Também administra diariamente a taxa de juros básica da economia, dentro do sistema de metas para a inflação, com o objetivo de guiar a oferta da moeda e do crédito e garantir a estabilidade de preços e o desenvolvimento econômico sustentável do país. Nessa missão, só em agosto de 2012, os analistas da instituição tiveram sob sua responsabilidade a administração e o trânsito de reservas bancárias que giraram em torno de R\$ 50 bilhões, dos depósitos e recolhimentos compulsórios, que somaram outros R\$ 400 bilhões, e do saldo papel-moeda emitido, em torno de R\$ 155 bilhões.

Além dos R\$ 100 bilhões que aplicou na economia e fazer frente à crise financeira internacional de 2008, o Banco Central promoveu o recuo da taxa Selic de 13,75% para 7,25%. Também reduziu os custos financeiros e mudou as regras de redesconto, que é a linha de empréstimo concedida ao banco que não consegue manter sua posição credora ou zerada junto ao BC por meio de emissão de certificados de depósitos bancários (CDBs), recibos de depósitos bancários (RDBs) ou ainda



## Inclusão financeira

Um sistema financeiro bem estruturado ajuda o crescimento e o desenvolvimento de uma nação. Foi pensando assim que servidores do Banco Central se empenharam num projeto de inclusão financeira, com a geração de dados e a criação de uma regulamentação voltada ao estímulo de um sistema financeiro mais inclusivo e cidadão. A presidência do Banco também criou a Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania, à qual ficam subordinados os novos departamentos de Atendimento Institucional e de Educação e de Inclusão Financeira, para dar sequência a essas atividades e aproximar a instituição e a sociedade.

“O empenho do Banco Central em prol da educação e inclusão financeira no Brasil é de tal importância que produz efeitos na micro e na macroeconomia”, diz Edilson Rodrigues. “As desigualdades da sociedade brasileira também se refletem no sistema financeiro, em que transações sofisticadas convivem ainda com elevados índices de exclusão financeira e reduzido grau de educação financeira.”

de certificados de depósitos interbancários (CDIs). Outra medida adotada pelo Banco para injetar liquidez foi a eliminação de barreiras a empréstimos entre um banco e outro.

A importância do Banco Central pode ainda ser medida pela relação entre inflação e desigualdade de renda. Alguns estudos indicam uma piora de 0,34 ponto percentual no índice de Gini (cálculo usado para medir a desigualdade social) para cada ponto percentual a mais na inflação. Nos períodos de inflação em alta no país, como a década de 80 e entre 1992 e 1994, a desigualdade brasileira só experimentou um intervalo de dois anos de queda com o sucesso temporário do Plano Collor. A implantação do Plano Real, pelo governo

Fernando Henrique Cardoso, combinada com políticas de distribuição de renda, dos governos Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, levou à queda consistente do nível de desigualdade. Houve aumento de 10% na renda dos 10% mais ricos e de 13% na renda dos 50% mais pobres com desconcentração da renda. “Sem a estabilidade, o governo não poderia desenvolver seus programas sociais”, diz José Manoel Rocha Bernardo, conselheiro da **Por Sinal**. “O Banco Central foi grande o arquiteto da estabilidade econômica do país graças ao regime de metas e outras medidas que adotou, mas parte do seu valor está na memória do quadro de funcionários, uma riqueza que corre o risco de se perder com o sucateamento do banco.”

# Regionais fortes e atuantes

**Para garantir um desenvolvimento econômico com inclusão social, Sinal defende um Banco Central mais perto da população, com presença expressiva no território nacional**

**MYRIAN LUIZ ALVES**

Valorizar as atuais regionais e lutar pela ampliação de representações do Banco Central serão prioridades entre as lutas a serem desenvolvidas no próximo biênio pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

Foi essa a decisão da instância máxima do Sindicato, a 25ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND), realizada entre 15 e 18 de novembro, em Belém do Pará, cidade da mais frágil seção regional do BC, como já alertava a **Por Sinal** 16, em sua edição de junho de 2006.

Atualmente, a representação paraense, única do BC na gigantesca e rica região Norte do país, conta apenas com 74 servidores. Num cenário “otimista”, até 2015 poderá ter 59, se

houver reposição de metade dos 30 servidores que podem requerer aposentadoria nos próximos três anos.

No mesmo período em que a presença do BC poderá ser drasticamente reduzida, o minério paraense renderá ao estado US\$ 41 bilhões, 230 mil empregos diretos e 12 mil indiretos até 2018, segundo reportagem do jornal O Liberal de domingo, 18 de novembro, dia em que a maioria dos delegados da AND retornava às suas cidades.

Os projetos envolvidos, longe de abrir caminhos a novos mercados, incluindo o financeiro, são de caráter extrativista. Segundo o jornal, “insistir no modelo econômico fornecedor de energia e matéria-prima é insistir na condição de estado a reboque”.

A crítica veiculada na imprensa fica ainda mais forte com a notícia de nova investida do Grupo Votorantim para que se construa a Usina de Santa Isabel, entre Marabá e São João do Araguaia, no sudeste do estado, a poucos quilômetros da Hidrelétrica de Tucuruí, ainda com grande geração de energia não utilizada. O problema é que, se for levado a cabo, contrariando a opinião de vários ex-ministros do Meio Ambiente, entre eles Marina Silva e Carlos Minc, e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o projeto poderá destruir um dos mais belos redutos naturais do país: o encontro das águas Tocantins-Araguaia. Além de impedir futuros projetos de empreendimentos turísticos, a obra abalará a vida de moradores, incluindo pescadores, indígenas e outras populações tradicionais.





### ► Questão de soberania

Ao reforçar, em sua AND, a defesa das representações do BC, o Sinal, como sindicato de servidores que atuam no núcleo financeiro do Estado, caminha há anos exatamente no sentido contrário ao alertado pelo jornalista. A matéria da **Por Sinal** já dizia: “A região Norte, quer do ponto de vista estratégico, por causa da dimensão geográfica, quer por geopolítica, em virtude da importância regional para a soberania do país, deveria ter pelo menos duas regionais: além da de Belém, uma em Manaus.”

O texto também recordava a edição nº 8 da revista, de denúncia contra a precarização do BC-Belém. Naquele período, enquanto “o governo lançava um pacote de estímulo às cooperativas e ao microcrédito, que passavam por um processo de franca expansão econômica na Amazônia, a estrutura da representação regional do Banco, alquebrada pela reforma de 1999, encontrava-se despreparada para dar suporte sequer às cooperativas de crédito já existentes, quanto mais para atender às que, se esperava, viriam a ser criadas com os incentivos governamentais”.

Agora, também o gerenciamento do Estado parece caminhar no sentido contrário ao que apregoa a atual gestão. O dirigente do Sinal-Belém e coordenador do evento, Edilson Rodrigues, lembrou que o esvaziamento das regionais ocorre no mesmo momento em que sociedade e governo cobram do BC esforços para ampliar o processo de inclusão financeira da população. “Não é possível incluir a po-

pulação e reduzir o tamanho do BC, principalmente onde este apoio é mais necessário”, critica.

Essa “incoerência”, como alerta Rodrigues, consta do II Relatório de Inclusão Financeira/2011 do próprio Banco Central, que aponta que o Pará abriga o segundo pior índice de inclusão financeira do país. Por sua importância, este assunto foi tema de capítulo no Anuário Estatístico 2012, elaborado pelo jornal Diário do Pará. A região que detém 42% do território nacional, sete estados, dois deles os maiores do país, possuiu apenas uma, e a menor, representação do BC. Ou seja, a região Norte recebe a pior atenção do Banco.

O representante da Direção de Administração do BC (Dirad) na AND, chefe do Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão, Adalberto Felinto da Cruz Júnior, ao declarar que o maior recurso do Banco são seus servidores, disse que se “o Sindicato sinaliza que os servidores nas regionais querem se envolver mais e compartilhar responsabilidades, é uma oportunidade para a Administração repensar o que tem sido feito”.

Surpreso com os dados apresentados pelo dirigente do Sinal-Belém, de poucos servidores do BC para atender à maior região geográfica do país, o deputado estadual Carlos Bordalo (PT PA), ex-secretário municipal de Economia e ex-coordenador do Banco do Povo, ressaltou, também no evento, a importância de a cidade sediar a assembleia dos servidores do BC, reforçando que a inclusão social passa pela inclusão econômica.

### ► Em defesa do Estado

Ao tempo em que se o Sinal valoriza o papel das representações regionais, ele atua, igualmente, em defesa do Estado e do funcionalismo federal nas chamadas regiões “periféricas” do país, carentes de programas de desenvolvimento. Nessa linha, também discursou o deputado Cláudio Puty (PT-PA), integrante da Comissão de Finanças da Câmara, relacionando o esvaziamento das regionais com o desconhecimento (das autoridades) sobre essas regiões. “Para promover o desenvolvimento, é preciso núcleo de pensamento. É fundamental ter regionais com capacidade de pensar as regiões, a defesa do financiamento regional e a inclusão social”, declarou Puty na mesa de abertura do encontro. O parlamentar paraense aproveitou para criticar o processo de centralização do sistema financeiro nacional, comentando o enfraquecimento de políticas de fomento para o desenvolvimento regional, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Banco da Amazônia, apesar de o governo não admitir a realidade.

Auditor-fiscal da Receita Federal, o deputado Amauri Teixeira (PT-BA), ao ressaltar a atuação do sindicalismo também na defesa das estruturas do Estado, reforçou o papel dos entes financeiros federais para o desenvolvimento econômico, relacionando os acontecimentos daquela semana, em que ocorreram manifestações em 23 países europeus contra os cortes de gastos públicos. Em relação ao nosso continente, lembrou que, ao contrá-

rio do México e da Argentina, aqui, o movimento sindical travou o desmantelamento do Banco do Brasil, entre outras instituições. “Não vou dizer que iriam privatizar o Banco Central porque não é verdade”, brincou Teixeira, após comentar a desregulamentação financeira, uma das responsáveis pela atual crise econômica europeia.

“Conhecemos a necessidade do fortalecimento do Estado como um todo, de órgãos como o Ibama, o In-cra. Por convicção, antes mesmo de ser parlamentar, entendo que esse núcleo, o BC, tem de ter autonomia, prerrogativas que deem a ele liberdade para implementar políticas de Estado”, finalizou o deputado baiano em sua intervenção na abertura da AND, na manhã de quinta-feira, 15, feriado da Proclamação da República.

### ► Mais perto do cidadão

Na sexta-feira, 16, em matéria sobre o evento publicada no jornal *O Liberal*, o presidente nacional do Sinal, Sergio Belsito, informou que entre as nove regionais do BC, a do Norte é que apresenta as maiores dificuldades de manutenção das atividades, de mão de obra e de relevância. Explicou que o Bacen “não consegue detectar a necessidade de ampliar a sua estrutura na região”. Ao dizer que a reestruturação daquela representação em questão responderia aos anseios de parte dos 40 milhões de brasileiros que ingressaram na classe C, Belsito afirmou que o objetivo do Sinal é a valorização das nove regionais: “O processo de decisão ainda é muito centralizado, mas pode

ser mais bem distribuído.”

Ele se referia não apenas ao processo decisório, mas também à atuação do Banco, que deveria ser mais voltada à sociedade, ao cidadão “de todas as regiões geoeconômicas do Brasil”.

Servidor aposentado do BC, Josias Nunes Barreto, ex-chefe do Depes, debatedor do tema “Reflexões de Travesseiro”, no seminário Fórum Valorização das Regionais (Isso é QVT!), que antecedeu a AND, nos dias 13 e 14, também em Belém, declarou à **Por Sinal** que a decisão de pautar a valorização das representações do BC é relevante porque resgata algo que ocorreu em 1999, a centralização na sede em Brasília, e que ficou inacabada.

Ele diz que, nos últimos anos, o aprimoramento da tecnologia permite que o trabalho possa ser feito nas praças e enviado à sede. Assim, o ponto mais importante seria a descentralização do processo decisório. “É preciso mudar o modelo de estrutura do Banco; não é fácil, mas é uma tendência; mais fácil em algumas áreas e mais difícil em outras. O Estado precisa corrigir distorções, desigualdades, estar presente. A presença do BC em Manaus, por exemplo, uma região grande, embora pouco habitada em relação a outras capitais, é estratégica”, frisou.

José Manoel Rocha Bernardo, palestrante do tema “Principais Aspectos do Projeto Sistema Financeiro Cidadão”, proposta do Sinal relativa à regulamentação do artigo 192 da Constituição, por ele relatada, e ex-gerente-geral de agências do Banco do Brasil, explicou que esse modelo de banco central clás-



## O BC tem de se aproximar do cidadão, em todos os estados, nas cidades grandes e pequenas.

JOSÉ MANOEL ROCHA BERNARDO  
Conselheiro da Por Sinal

sico, que atua apenas como órgão do sistema financeiro, esgotou-se. Como referência, deu o exemplo do Federal Reserve Bank (FED), nos Estados Unidos, que possui 12 bancos e 24 agências. “O BC tem de se aproximar do cidadão, em todos os estados, nas cidades grandes e pequenas, nos pequenos núcleos”, enfatizou.

José Manoel afirma que o servidor do Banco Central, “quando observa que o cidadão reconhece seu trabalho, quando a sociedade o reconhece, ele vai trabalhar com muito mais gosto”. E isso também é qualidade de vida no trabalho!

A 25ª AND também discutiu a reforma do estatuto do Sindicato e política salarial. O ponto Alterações Estatutárias provocou a continuidade da AND, a ser realizada até 31 de janeiro de 2013, em data e local determinados pelo Conselho Nacional do Sinal. ✓

# O Estado é público, é do povo

Com a experiência de quem está exercendo seu nono mandato como deputado federal, Miro Teixeira, do PDT de Brizola, construiu uma carreira política ligada às boas causas, sempre com muita independência, seja em relação à bancada do seu partido, seja à base de apoio, no Congresso, aos governos Lula e Dilma. Bom de briga, polêmico, ele é conhecido por suas posições fechadas em relação a algumas questões, como o monopólio do petróleo, o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e a profissionalização do servidor público, com direito a planos de carreiras e salários dignos. Recentemente, defendeu o fim do fator previdenciário, aprovado pelo Congresso Nacional. Em entrevista à **Por Sinal**, no seu escritório em pleno Centro do Rio, Miro conversou longamente com os representantes do Sinal, manifestando suas concordâncias e divergências.

■ **Vamos começar falando da agenda do Congresso para 2013. Qual a sua opinião em relação à regulamentação da lei de greve e da negociação coletiva para o funcionalismo público? O Sinal acompanha com interesse essa questão, mas em 2012 pouco se avançou nesse sentido.**

Vivemos num regime de presidencialismo imperial. Não somos um sistema presidencialista com independência e harmonia dos poderes. O poder Legislativo, por exemplo, se coloca quase que numa servidão voluntária diante do Executivo, usando o título do La Boétie (livro do filósofo francês Étienne de La Boétie). Há alguns detalhes que o próprio Legislativo inclui, mas, a rigor, o poder Executivo domina a pauta do poder Legislativo. Por que isso? Porque o nosso presidencialismo funciona com o orçamento autorizativo, com medida provisória. Temos um Parlamento que não impõe um orçamento aos poderes da República. O presidente da República é que faz a lei valer no dia da publicação.

Vivemos ainda um período no qual tentamos organizar corretamente esses poderes. Só que a questão das prerrogativas dos poderes não importa muito à sociedade. É um tema árido e, além disso, dificilmente muda com o cotidiano das pessoas. Elas se impressionam muito mais com os juros baixos, que permitem comprar um micro-ondas, uma máquina de lavar ou uma geladeira nova. Ainda falta para entenderem que o que elas têm de principal são a igualdade e a liberdade.

■ **Mas, o que fazer, então? Como mudar essa situação dentro do Congresso?**

Durante muitos anos, fui oposição. Numa reunião do PDT outro dia, brinquei: nós éramos felizes e não sabíamos. Porque, como parlamentares, tínhamos um padrão de luta muito



respeitado no Congresso. Hoje, o cenário é outro. Nunca vi partido de oposição ir à tribuna reclamar do governo a liberação das suas emendas do orçamento. Você olha a questão dos vetos, por exemplo. Há vetos de 11 anos no Parlamento, e a Constituição dá 30 dias para serem examinados. Na nossa República, na nossa queridíssima República, a transgressão da Constituição começa pelo Congresso Nacional, pela mesa do Congresso Nacional, que não faz exceções para exame de veto. E aí o poder do presidente da República fica maior. Por quê? Porque ele veta uma lei, um projeto de lei, um dispositivo, veta a totalidade, sabendo que o Congresso não vai examinar. E essa capacidade de não fazer é muitas vezes maior do que a de fazer. O poder de fazer é um poder sujeito à crítica, tem visibilidade, tem transparência, tem fiscalização. O não fazer é muito difícil de você explicar. Como explicar que existem 2 mil vetos para serem examinados e que não o são?

#### ■ E no caso do veto à lei dos royalties aprovada no Congresso?

No caso dos royalties, e eu sou do Rio de Janeiro, acho que essa discussão começou errada. A discussão do pré-sal não é sobre royalties, é sobre tecnologia. O que fazer com o dinheiro arrecadado, como organizá-lo para que não seja

apenas gasto. Eu fui ver como funcionava, estudando daqui mesmo. Eles (Noruega e outros países petrolíferos) criam fundos (soberanos) que aplicam o resultado e simplesmente mantêm o principal.

#### ■ O Fundo Soberano?

É. E sempre colocando aquele dinheiro em projetos que acabam se autofinanciando logo em seguida. E aí você tem um fator de estímulo ao desenvolvimento. Não é como se fez aqui no Rio, desde o começo, aliás. Mesmo para o Estado do Rio de Janeiro, não se percebe que o povo tenha tido acesso e se beneficiado com o dinheiro desses royalties. É um mecanismo que não tem quase fiscalização. Por quê? Porque o Tribunal de Contas da União diz que isso não é dinheiro orçamentário federal, é uma indenização que sai paga pelas empresas. E por isso não se fiscaliza. O Tribunal de Contas do Estado também não fiscaliza. O que você tem de histórias horríveis que rolam por aí...

Mas isso que é lamentável, e que ainda acontece hoje, não foi tratado, vai continuar assim, vai piorar. Eu acho que, no caso específico dos contratos já assinados, nós (Rio de Janeiro) ganharemos no STF. Ou o Brasil terá de anunciar ao planeta que aqui não se respeitam contratos.





■ **Voltando à pergunta inicial, por que a lei de greve e a negociação com os servidores não caminham no Congresso?**

Vejam vocês a dificuldade que estamos tendo agora para votar uma emenda constitucional que veio do Senado sobre o fator previdenciário, uma mudança nesse sistema. É uma vergonha que a Câmara dos Deputados não vote a PEC 300 e a PEC 308! Muitos deputados acham que é corporativismo das polícias militares, dos corpos de bombeiros. Não é não! É o começo de uma política de remuneração para o pessoal de segurança pública. E ainda que fosse corporativismo, não faz mal nenhum se discutir corporativamente essas questões. Pelo contrário, é preciso que os trabalhadores brasileiros discutam mais corporativamente. É preciso olhar, sim, para as condições de trabalho, de remuneração, de carreira de cada categoria. Estigmatizaram uma palavra para comprometer um movimento social.

■ **A atitude que o governo teve em 2012, e em 2011, reprimindo os funcionários públicos que ousaram paralisar suas atividades, acabou negando o direito de greve para esse setor. Como é que o Congresso está vendo isso? E qual é a sua avaliação?**

Do meu ponto de vista, você tem duas vertentes de análises. E isso não é novo. Itamar Franco negociou com os grevistas da Petrobras o encerramento da greve em boas condições para todas as partes. Fernando Henrique, ao assumir a Presidência, não cumpriu e puniu os grevistas. Porque, naquela hora, dentro da visão neoliberal, o governo tratou de quebrar a espinha do movimento sindical e da organização dos trabalhadores. Na época, Maria da Conceição Tavares (economista, foi deputada federal) me deu cópia de uma cartilha, produzida por um grupo de bancos americanos, sobre o que deveria ser feito para um choque econômico na América Latina. E lá no meio do texto tinha uma referência para se acabar com os sindicatos. Acabar com os sindicatos no sentido, é claro, do seu poder de ação.

Acho que houve uma grande confusão. Nós chegamos ao poder, depois de muita luta, e deu-se no poder central aquilo que em algumas administrações estaduais já tinha sido percebido. Partidos foram para dentro do governo. Aqui no Rio, Brizola fez essa autocrítica uma vez. Ele disse: "Eu errei porque levei o partido pra dentro do governo e o partido se desmobilizou." Não é o caso do PT, que não se desmobilizou. Mas, no caso do PDT, nós enfrentamos isso como uma experiência amarga.



Uma vez dentro do governo, os movimentos sociais ligados ao PT, ao PCdoB e ao PDT se desmobilizaram. Na verdade, houve uma completa desmobilização dos movimentos sociais de um modo geral no Brasil. Mas isso está errado! Exatamente porque chegamos ao poder, temos de sofrer a pressão da turma do nosso lado, dos movimentos sociais, para contrapor a pressão que vem do outro lado. E eu acho que foi isso que aconteceu e se mantém. Virou uma heresia a divergência.

■ **Na sua gestão à frente do Ministério das Comunicações houve algum tipo de pressão dos funcionários por aumento salarial?**

Eu era ministro quando houve a greve dos Correios. Como eu tinha uma reunião com o presidente Lula no Palácio do Planalto, fui avisado que era para entrar pelos fundos, não me lembro por qual ministério, por causa da manifestação em frente ao Ministério das Comunicações. O chefe da segurança quis me acompanhar, mas eu disse que não precisava. Peguei meu carro e parei no meio da manifestação. Depois de conversar com alguns trabalhadores, eles me pediram para subir no carro de som e explicar a nossa conversa. Aceitei, subi, e propus que tirassem uma comissão para negociar na presidência dos Correios. Eles interromperam ali a manifestação, vejam o grau de confiança que se estabeleceu. Em dois dias, nós negociamos um dos maiores aumentos que os trabalhadores dos Correios tiveram nos últimos 20 anos!

A melhor proposta, a mais afirmativa, veio de uma das alas mais duras do movimento, mais à esquerda. Fechamos ali um aumento, não me lembro se foi de 21% para os carteiros, o pessoal mais numeroso, e, regressivamente, até 8%, para os de maior remuneração na época. Olha, e tudo preservado. Preservadas todas as reservas que tínhamos de fazer por imposição do Fundo Monetário (Internacional). Abrimos a administração das contas dos Correios, colocamos na internet – se comprasse uma pia no Amazonas, aparecia na tela – e estimulamos pra valer a participação nos lucros. Naquele momento, esse movimento foi importantíssimo para enfrentar a resistência dentro do próprio governo. Alguns setores diziam: “Olha lá, isso vai ser um mau exemplo.” Não foi mau exemplo coisa nenhuma. Era o começo do governo

**É infinitamente melhor a situação dos profissionais de carreira daqueles que têm a administração de recursos orçamentários por imposição política. É só olhar os processos que estão no Supremo.**



Lula e não havia ainda a desmobilização dos movimentos sociais. Naquela praça, onde em outro momento foram espancados trabalhadores, nesse dia se deu um bom momento de negociação, de compreensão da tarefa que têm essas pessoas de pressionar suas forças aliadas, que estão no poder, a cumprir aquilo que prometeram.

■ **O Sinal reconhece que no governo Lula houve uma recomposição importante dos salários, mas se surpreendeu com a inflexibilidade da presidente Dilma para negociar, não só os salários, mas também planos de carreiras, direito de greve, data-base e outras reivindicações do funcionalismo público, especialmente dos servidores das carreiras típicas de Estado.**

Dando razão a vocês, uma observação dos governos Lula e Dilma: os salários estavam tão achatados quando Lula assumiu a Presidência, que deu para o governo buscar uma recomposição, que acabou virando uma aragem na vida das pessoas. No caso da Dilma, foi diferente. Ela já assume o governo com certa recomposição salarial; não era a ideal, mas de qualquer maneira infinitamente melhor do que a do período anterior a Lula. Por isso a presidente encontra mais dificuldades. E ainda existe a questão da crise internacional, que não é marolinha coisa nenhuma!

Mas eu tenho algumas convicções, todo mundo tem, as minhas são associadas à questão do trabalho. Acho que o Brasil tem dinheiro, muito dinheiro. Penso que há desvios que não são necessariamente, ou exclusivamente, causados pela corrupção, são também pela má administração. Nessa área, os conceitos estão totalmente arcaicos. Por exemplo: quando se tem uma dotação orçamentária, digamos no caso de um ministério, e no meio do ano é constatado que dá para alcançar as metas do ministério sem usar tudo, fazendo uma economia, dificilmente você tem um comportamento de organizar essa economia, diminuindo os gastos, e atingindo os mesmos objetivos. Por quê? Porque no orçamento seguinte, na execução orçamentária, eles vão cortar a sua dotação. Isso é uma maluquice absoluta.

■ **Fala-se muito que houve aumento da corrupção no país. Mas entre os funcionários públicos o entendimento é que a corrupção está mais visível porque muitas travas foram retiradas, permitindo que a Polícia Federal, o Banco Central e a própria Receita Federal possam exercer seu papel de forma mais ampla e com autonomia. Qual a sua opinião sobre isso?**

Há uma coincidência ligada a esse tema. Na Assembleia Nacional Constituinte, a paridade permanente da aposentadoria é de minha autoria. Sendo que, para os pensionistas, foi a única votação unânime da Constituinte. Sou umbilicalmente ligado à defesa do servidor. E não é uma questão de voto, não tem essa, embora eu também queira ser um representante. Vamos parar com essa história, estamos numa democracia, o poder é do povo. Ou ele exerce diretamente, ou pelos seus representantes. Então busco, sim, ser um representante dos servidores públicos. Tenho história dentro dessa luta. E nessas observações, fiz uma emenda à Constituição, que ninguém quer ver andar. É sobre a profissionalização do serviço público. Essa é uma discussão que vem lá da Revolução Francesa. É o seguinte: o Estado não tem nada a ver com o governante. A organização do Estado, o servidor, é do Estado, ele é público, é do povo, não é servidor do poder, não é servidor do príncipe. Essa é a diferença que se estabeleceu aqui.

■ **O senhor afirma, então, que o Estado não pode ser privatizado pelos governos?**

É isso. Quando você olha o que vem acontecendo no Brasil, no caso do Banco Central, do Ministério Público, das carreiras típicas de Estado, de um modo geral, essas carreiras são absolutamente profissionalizadas, um exemplo de boa administração. Mas se olhar também para a sociedade de economia mista, para os profissionais concursados do Banco do Brasil, você vê a qualidade formidável que se tem nessas áreas. Não se vê corrupção com o pessoal que faz parte desse quadro do Estado brasileiro. Claro, pode ter um caso aqui, ali, pode. Nós somos uma sociedade de humanos, temos precariedades, e sempre pode haver entre nós aquele que cometa um deslize, uma delinquência, um roubo. Mas quando você põe na balança e compara, é infinitamente melhor a situação dos profissionais de carreira daqueles que têm a administração de recursos orçamentários por imposição política. É só olhar os processos que estão no Supremo, não é só do Mensalão, não. Tem um mundo deles.

■ **Seria porque os diretores geralmente são indicados politicamente e não são funcionários de carreira ?**

Essa é a questão. Quando se discute o sistema parlamentarista, na mudança de um ministro, ele pode mudar cinco a dez pessoas ali no seu entorno, entre secretárias, chefe de gabinete, o controlador das despesas, porque é o que pode botá-lo na cadeia se não for bem controlado. No Ministério das Comunicações, mudamos a diretoria e outros cargos mais, e não tive nenhuma imposição partidária de lado nenhum. Escolhemos gente qualificada, quadros da academia, mas também muitos do setor público. O que se começou a perceber? Como eu saía tarde do ministério, comecei a ver que os andares ficavam acessos. As pessoas estavam trabalhando mais, indo além do horário, porque estavam vendo que aquele secretário, aquele chefe, estava ali por ser de carreira, era alguém que trabalhava no ministério. E isso estimula.

Você olha o período anterior à nossa presença, primeiro ano do governo Lula, e olha depois, e vai encontrar os casos que estão agora na chamada CPI do Mensalão, que era a CPI dos Correios. Esse período nosso não foi investigado? Foi sim. É que o sistema usado de administração contem-

plava absolutamente a transparência a que me referi ainda há pouco. Graças à fiscalização feita pelos trabalhadores de carreira dos Correios é que as coisas andaram bem.

#### ■ **O que significa, concretamente, profissionalizar o serviço público?**

Significa aplicar normas que são muito comuns nos países parlamentaristas. Nesses países, não há essa disponibilidade de preencher DAS com quadros estranhos ao serviço público.

#### ■ **Diminuir os cargos de confiança?**

Não, você pode até manter os cargos de confiança. Só que o provimento desses cargos se dá com a ascensão do servidor pelos mecanismos próprios de experiência, de preparo, de cursos. Por indicação, sim, mas pela sua qualidade. É o sistema de mérito. A palavra não é bonita, meritocracia, mas é isso mesmo. A outra iniciativa, que, acho, vai se tornando muito notória, é criar os controles externos no Legislativo e no Executivo. Como foi criado no Judiciário. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) é uma forma de controle externo. Nós precisamos de um conselho desses nos dois poderes. Como no Judiciário, cuja presidência é do STF (Supremo Tribunal Federal), no caso do Legislativo, presidido pelo presidente do Congresso Nacional, e do Executivo, pelo presidente da República.

#### ■ **Há interesse, por parte do Executivo, de uma proposta de controle externo? E no Legislativo?**

Acho que vai haver grande resistência, mas não é possível que fiquemos a esperar a próxima CPI, o próximo inquérito, o próximo processo. E é isso que está acontecendo. Lembra da CPI do Collor? Acabou em impeachment. Depois tivemos a CPI dos Anões do Orçamento, a CPI dos Sanguessugas. É um mundo de condenações! Como podemos evitar que isso aconteça? Eu vejo dois caminhos: a profissionalização e a criação desse mecanismo de controle externo. Esse é mais moderno.

#### ■ **Muito embora esta entrevista seja publicada, provavelmente, depois do desfecho da CPI do Mensalão, na verdade existem visões na sociedade que apontam que a CPI também estaria sendo utilizada politicamente para atingir determinados**

#### **alvos. A CPI não, perdão, o julgamento, o processo. Como é que o deputado vê essa questão? Outras CPIs que tratavam de assuntos muito parecidos não foram infladas. Por quê?**

A questão do uso político me espanta um pouco. Pergunte aos absolvidos, por exemplo, se eles acham que foram absolvidos por uma questão política. Eu não gosto muito de entrar nesse debate, porque acho uma grande covardia bater em condenado, mas já que você tocou no assunto, vamos olhar para o outro lado. Pergunte aos absolvidos desse processo se eles acham que foi injusta a absolvição deles. Não vão achar. Dizer que esses juízes são manipulados, eu lhe digo, não são. Vamos lá, quem os nomeou? Então o resultado desagrada? Desagrada ao réu, desagrada aos amigos dos réus, claro, desagrada aos réus condenados, não desagrada aos réus absolvidos. É lógico que um réu, qualquer que seja, tem o direito de lutar pela sua absolvição ou pela revisão da sua sentença. Isso é lógico, claríssimo. O advogado tem o dever de lutar para absolver o seu cliente, ou então não pega a causa. É o princípio da democracia.

Não percebo nenhuma crise de poder, nenhuma anormalidade, porque, nesse caso, foram parar no Supremo Tribunal Federal algumas pessoas do poder Legislativo que estavam com funções no Executivo. Agora, nós fizemos um impeachment num presidente da República, em 1992. Ninguém pode dizer, a não ser o próprio presidente, que aquilo foi uma ação política. Havia provas nos autos para o impeachment. Depois o Supremo arquivou, por falta de provas, mas não foi absolvição.

#### ■ **E no caso do chamado Mensalão?**

Eu não vejo que haja nem um começo político. O julgamento começou numa CPI, no Parlamento. Parlamento que fez cassações de mandato também. Bom, se isso é certo, se estou errado, se ele é inocente, se é culpado, cada um tem a sua visão. Mas o processo democrático, esse está sendo absolutamente cumprido. Acho que esse é um novo momento na vida brasileira. Esses processos normalmente ficavam lá, dormindo no Supremo. Creio que haja uns cem processos contra pessoas com fórum especial por prerrogativa de função, não sei, por aí.



**Acho que vai haver grande resistência, por parte do Executivo e do Legislativo, a uma proposta de controle externo. Mas não é possível que fiquemos a esperar a próxima CPI, o próximo inquérito, o próximo processo.**

”

■ **Há um clima para se levantarem outros processos, outros esquemas de corrupção que estão engavetados? No caso da CPI do Cachoeira, o que aconteceu? Que interesses deixaram de ser contrariados?**

Acho que existe uma percepção de que “é preciso limpar essa pauta”. No caso da CPI do Cachoeira, há sim, interesses pesados. Nós (grupo independente de deputados) conciliamos com o relator do PT porque havia uma cortina de fumaça que estava imposta, que era a convocação do procurador-geral da República e o indiciamento de jornalistas, para começar com o Policarpo Júnior, da Veja. Quero dizer que não o conheço. Estou dando uma entrevista a vocês, e nunca dei uma entrevista a ele. Mas é uma discussão de princípios. O jornalista de investigação não tem relação com a Madre Teresa de Calcutá, não. Ele trabalha numa linha de alto risco.





■ **Mas não existe “muita plantação”? Toda época eleitoral aparece um dossiê bombástico para derrubar alguém.**

Não é de hoje, tem há muito tempo. Vocês estão lembrados da história do “mar de lama” de Getúlio? Cadê o “mar de lama” de Getúlio? Que história é essa? Plantação?

■ **E o “mar de lama” do Lula, explorado agora pela imprensa?**

Do Lula, que história é essa? Eu acho que tudo isso passou por Tiradentes. E não é só no Brasil, não. Eu acho que isso aí é uma lamentável característica da má política. Você tem pouco apreço pela verdade, você tem pessoas remuneradas para plantar coisas. Na internet, então, é uma brutalidade. Mas é melhor isso, o regime de liberdade, do que qualquer espécie de restrição.

■ **Quando o senhor defende o controle externo do Legislativo e do Executivo, abre essa discussão para o caso da imprensa?**

Existe uma previsão constitucional do Conselho de Comunicação Social. Já existe o Conselho. Agora, se ele é satisfatório ou não, é outra discussão. O Brasil não tem concentração dos meios de comunicação. A lei brasileira permite que um grupo tenha cinco geradoras, no máximo. Nós temos várias redes de televisão. E estamos aqui falando de canais VHF, que agora vão passar a ser UHF com a TV digital. Mas são cinco. Quando você vai para a TV por assinatura, é uma diversidade, não há mercado para sustentar. De qualquer maneira, empresas de televisão já existiram como impérios; por exemplo, a *Excelsior*, a *Tupi*, que era do Chateaubriand. Muitas fecharam, não eram impérios, como o caso da *TV Rio*. Então, existem esses momentos cíclicos na comunicação. É o caso dos jornais no Rio de Janeiro, veja quantos fecharam: *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*, *Diário da Noite*, *Jornal dos Sports*, *Luta Democrática* — são dez ou 15. Hoje você tem, praticamente, *O Globo*, *O Dia*, *O Extra* e outros, como o *Meia Hora*, que estão começando a cair mais no gosto popular. Não só pelo preço, é pelo tipo de linguagem que adotam. Essas coisas vão mudando mesmo.

A outra coisa é a seguinte: a liberdade de imprensa não existe por força de lei, mas pela diversidade de veículos. E a internet veio fazer a liberdade, essa é a questão.

■ **Não é estranho que não se tenha no Brasil veículos com posições e visões diferentes? Isso não seria o razoável em qualquer processo democrático. Por que não existe?**

Porque somos estranhos. Nós temos 30 partidos. Acho que isso tem a ver com o poder econômico e o poder político. Na Itália, por exemplo, você vê o jornal do Partido Comunista. A França chegou a dois extremos: ter a grande liberdade de expressão, de manifestação, e o anunciante exigindo a demissão do editor. Isso tem quatro, cinco anos, é recente.

■ **Para fechar, uma questão tão cara ao senhor: o papel do Estado. Como estamos em relação a isso? A ideia do Estado Mínimo está enfraquecida ?**

Você vê que nas recentes crises o que salvou a situação foi o Estado. Nos Estados Unidos e na Europa. Nós aqui nos salvamos dessas crises por alguns defeitos. Por conta da política de juros altos, quando veio a crise, não havia ninguém pendurado em bancos. Então, aqueles vícios acabaram nos ajudando nessa hora. E hoje, o que se percebe, e falando de vocês, do Banco Central, parece que também houve um distanciamento do chamado mercado. Não que se queira contrariar o chamado mercado, mas o que o Banco Central está demonstrando é que não é dependente do mercado.

■ **Cabe registrar que o BC, nos últimos anos, tem ampliado significativamente a participação de funcionários de carreira em sua diretoria, inclusive na sua presidência.**

É isso. Quanto existe o Estado profissionalizado, os servidores podem fazer muito pelo país. Muito obrigado a vocês e continuem nessa luta feroz. ✓

# Uma história ao lado (e do lado) do cidadão

O paulista Jorge Nelson Ribeiro, nascido em Botucatu, ingressou no Banco Central em 1977. Era chamado de "boi", apelido bem-humorado que o pessoal deu ao código de carreira B01, com o qual o BC registrava, na época, seus primeiros concursados. Da Universidade de São Paulo (USP), onde cursava Física, foi direto para o Departamento de Câmbio do BC.

Jorge passou 18 anos elaborando regras, fiscalizando o mercado, os agentes autorizados a trocar moedas e o cumprimento das regulamentações. Depois, foi para o setor que mais gosta, o de atendimento ao público, local, segundo ele, onde o Banco mostra verdadeiramente a cara para a sociedade.

Não houve como fugir. Jorge Nelson já entrou ajudando a organizar um espaço de resistência à ditadura militar dentro do BC, porque este, na época, tinha uma estrutura hierárquica muito rígida, bem própria dos regimes autoritários. "Era natural reagir a isso, assim



como buscar uma forma de representação dos funcionários, pois vínhamos dos ambientes mais democráticos das universidades”, explica.

### ► **Tempos de resistência**

Um pouco da história de criação do Sinal, que passa pela publicação do jornal O Ovo e da constituição da Associação dos Funcionários do Banco Central (AFBC), já foi bem contada algumas vezes na **Por Sinal**, mas nunca é demais compartilhar lembranças que podem servir de exemplo para futuras gerações. Jorge Nelson conta que, inicialmente, os 19 demitidos de 1988, por uma greve que paralisou a compensação de cheques no Brasil, eram 20. “Eles resolveram poupar o Paulo Eduardo (de Freitas, ex-presidente do Sinal e então presidente da AFBC), acho que para ter com quem negociar”, diz. Lembra também que,

**Uma parte do BC vê o atendimento ao cidadão como uma função de menor importância. É um grande engano.**

”

em São Paulo, os servidores do BC fizeram diversas atividades de protesto em defesa dos demitidos, que nem sequer podiam entrar no Banco. “Eles não permitiam”, diz ele, enfatizando que lutaram até conseguir anular todas as demissões.

O veterano servidor faz questão de registrar as discussões para a criação do Sinal, em 1988. Recorda, por exemplo, que os envolvidos queriam criar uma entidade diferente da estrutura sindical tradicional, composta por sindicatos, federações e confederações. “Pensávamos em um sindicato mais amplo, com estrutura nacional, que representasse nacionalmente os trabalhadores do Banco. Entendíamos que essa era a melhor forma de unir as forças dos funcionários. Por isso, a ideia de uma entidade estruturada de forma a garantir a representação democrática de todas as regionais”, afirma.

Já no início, conta, os organizadores do Sindicato tinham a clareza de que era preciso uma entidade que, além de representar os funcionários na defesa de seus interesses salariais e de condições de trabalho, tivesse influência na sociedade brasileira. “Que agisse na defesa da cidadania e da democracia e, como escrevíamos nos panfletos à época, de um Banco Central a serviço da sociedade”, complementa.

Jorge Nelson acrescenta que o Sinal começou com grande força, ao organizar a campanha salarial de 1989, entre abril e maio, que de-

sembocou na primeira grande greve, com duração de 15 dias. “Fazíamos vigília 24 horas na porta do Banco e na sede do Sindicato, uma pequena sala alugada num edifício velho na Rua Augusta”, recorda. “A diretoria do Sinal se revezava nos plantões e, não raro, os colegas iam até lá, às vezes de madrugada, para levar lanches, ou simplesmente fazer companhia.” Quando o movimento ameaçou paralisar o mercado financeiro, o governo editou uma medida provisória — a MP 50 — que, a pretexto de regulamentar o direito de greve, incluía, entre os serviços considerados essenciais e inadiáveis, todas as atividades do BC. “Foi claramente uma medida para intimidar e acabar com a nossa greve. Mas a categoria resistiu, a greve continuou e conseguimos sair vitoriosos”, diz, com orgulho.

### ► **Atendimento à sociedade**

Em relação ao trabalho atual no Banco, Jorge Nelson faz questão de assinalar o esforço dos colegas do atendimento ao público, que, além de sempre buscar atender o cidadão que recorre ao BC, têm a árdua missão de defender sua atividade dentro do próprio Banco. “Uma parte da instituição vê o atendimento ao cidadão como uma função de menor importância. É um grande engano. A prestação de serviços diretamente à sociedade é tão importante quanto atuar no controle da inflação ou na estabilidade do sistema financeiro”, defende. Segundo ele, por meio do atendimento ao

cidadão, seja na promoção da educação financeira, na defesa dos direitos de cidadania, seja nas relações com o sistema financeiro, o Banco Central é a entidade administrativa que pode atuar com maior eficácia ao lado da sociedade. “Talvez seja o único órgão no Brasil que possui o conhecimento, os meios e os instrumentos para isso”, ressalta.

Aos 57 anos, próximo da aposentadoria, ex-militante do centro acadêmico da USP e ex-sindicalista, o físico Jorge Nelson estuda medicina tradicional chinesa, aprofundando há três anos seus conhecimentos de

uma cultura milenar que sempre o fascinou. “Quem sabe, após a carreira no BC, possa usar esse conhecimento para ajudar as pessoas”, diz. Hoje, um pouco distante dos movimentos de contestação, ele avalia que o planeta passa por uma fase de descrédito das ideologias, o que arrefeceu os ânimos de luta por um mundo melhor. “As pessoas ficaram sem a perspectiva de construção do futuro e passaram a ter uma visão mais imediatista”. No entanto, uma coisa o anima: o fato de a economia brasileira estar relativamente estável, em meio à confusão em todo o mundo. ▣

**As pessoas ficaram sem a perspectiva de construção do futuro e passaram a ter uma visão mais imediatista.**

”



# O Congresso e o interesse do servidor do BC

O ano legislativo de 2012 foi marcado pelo debate e pela deliberação de quatro assuntos relevantes para os servidores públicos e, em especial, os do Banco Central: a aprovação da PEC 270, a instituição da previdência complementar, a apresentação da PEC 147 e as negociações salariais para início de 2013. O ano 2013 terá como desafios, entre outros assuntos relevantes, a regulamentação do direito de greve e dos acordos salariais, a aprovação na CCJC da PEC 147 e a criação de Comissão Especial para examinar seu mérito e o exame e aprovação da PEC 555.

O primeiro assunto importante de 2012 foram os debates e as negociações que levaram à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 270/2008, da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ). A PEC foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados em 14 de fevereiro e nos dois turnos no dia 20 de março, no Senado Federal. Após tramitação rápida no Congresso Nacional, a PEC 270 transformou-se na Emenda Constitucional (EC) n.º 70/2012 cuja promulgação ocorreu no dia 29 do mesmo mês. Com a nova emenda, a Constituição garante ao servidor que entrou no serviço público até 31/12/2003 e aposentar-se por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade. A proposta corrige injustiças criadas pela Emenda Constitucional n.º 47/2003, que gerava perdas dos benefícios dos servidores públicos aposentados por invalidez. O novo texto constitucional garante a quase cem servidores aposentados do Banco Central o direito ao recálculo de suas aposentadorias por invalidez protegidas pela lei, com proventos de acordo com a expectativa de aposentadoria e paridade com os servidores da ativa. A mesma proteção está assegurada aos servidores que, por infortúnio, necessitem

encerrar suas atividades antecipadamente.

Outro assunto relevante para os servidores, principalmente para os que entrarem a partir de 2013, foi a aprovação do Projeto de Lei n.º 1992/2007, que instituiu o regime de previdência complementar para o servidor público. O tema foi motivo de muitos debates entre os servidores do Banco Central e categorias de servidores públicos. O Sinal teve papel importante para minorar os problemas do projeto originalmente apresentado, mas o texto aprovado traz pontos polêmicos e gera incerteza quanto à aposentadoria dos servidores públicos no futuro, o que torna pouco aconselhável a opção dada aos servidores que entraram até este ano de migrar do regime antigo para o sistema de previdência complementar. O novo regime foi promulgado em maio deste ano e deve entrar em vigor no início de 2013.

Em março, o deputado Amauri Teixeira (PT-BA) apresentou a PEC n.º 147 para fixar a remuneração do cargo de nível máximo do Banco Central do Brasil em 90,25% do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Essa é a matéria essencial para os servidores do BC e está em consonância com a importância da instituição e o trabalho que realiza para a nação. A Proposta da PEC 147 surgiu como um desmembramento do intenso trabalho do Sinal junto aos membros da Comissão Especial da PEC 443/2009 (que dá o mesmo subsídio aos membros da AGU), com auxílio do presidente da Comissão Especial, José Mentor (PT-SP), e do deputado Amauri Teixeira. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara, onde recebeu parecer favorável à sua admissibilidade pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

Apesar da resistência do governo quanto à sua aprova-



ção na CCJC, o Sinal trabalha por sua aprovação e acredita que a tendência é que a matéria seja aprovada na CCJC e encaminhada para análise de mérito em Comissão Especial com colegiado similar ao da PEC 443.

No meio do ano, a polêmica em torno do decreto que regulamentava a Lei de Acesso às Informações incomodou os servidores públicos, e seus sindicatos buscaram apoio parlamentar para evitar informações sobre os vencimentos individualizados. Para o Sinal, embora a matéria da lei seja um avanço na transparência da Administração Pública, a disponibilidade dos salários individuais cria riscos à integridade, pois permite a malfetores acesso a informações pessoais dos servidores.

Devido às eleições municipais deste ano, os trabalhos legislativos do segundo semestre ficaram muito comprometidos, reduzindo a deliberação de matérias de interesse dos servidores, em particular, dos do Banco Central.

No entanto, as greves dos servidores públicos federais e as dificuldades que a maior parte das carreiras tiveram em fechar um acordo com o governo levaram a um intenso trabalho de convencimento parlamentar. Também, as questões do direito de greve e da negociação coletiva voltaram à ordem do dia. Os parlamentares começaram a discutir os projetos que discutem o direito de greve dos servidores. Além do PL 4497/2001, da então deputada Rita Camata e do PLS 710/2011, do senador Aluísio Nunes, existe uma série de iniciativas dos servidores públicos, nas quais o Sinal participa para negociar a apresentação de um projeto alternativo, que, ao tempo que proteja o direito de greve, regulamente as negociações coletivas e as datas-base.

O processo do Mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal) e o consequente questionamento sobre a legalidade e legitimidade da reforma previdenciária de 2003 fortaleceram os debates em torno da PEC 555/2006. A referida PEC reduz em 20% ao ano a contribuição previdenciária dos aposentados a partir dos 60 anos e isenta aqueles aposentados com mais de 65 anos. Para Sérgio Belsito, presidente do Sinal, diante da gravidade das notícias dos relatórios do julgamento no STF de que alguns parlamentares teriam recebido recursos para votar pela reforma, a aprovação da PEC 555 seria uma forma intermediária de reduzir os efeitos danosos da questionada reforma.

A expectativa do Sinal é que já no início de 2013 seja aprovado o PL que institui o reajuste salarial dos servidores do Banco Central nos próximos três anos, conforme o consagrado no PL 4371/2012 para outras carreiras do Ciclo de Gestão e aprovado em assembleia com quase 2 mil servidores em todo o país.

O direito de greve e a regulamentação dos acordos trabalhistas entre governo e servidores devem dominar parte do trabalho do Sinal junto aos parlamentares em 2013. A pressão para que a PEC 147/2012 avance na CCJC e seja instituída sua Comissão Especial (onde se examina o mérito da questão) serão assuntos primordiais para o Sinal neste ano que entra. Também, a aprovação da PEC 555 deve drenar muitos dos esforços dos sindicatos representativos em 2013. ✓

(\*) Antonio Augusto de Queiroz  
– diretor do Diap e assessor parlamentar do Sinal  
(\*) José Ricardo da Costa e Silva  
– diretor de Relações Externas do Sinal



# Anúncio de venda a crédito sem juros pode ser proibido

**Comissão de juristas nomeados pelo Senado quer que novo Código de Defesa do Consumidor proíba como propaganda enganosa marketing de empresas para vender mais**

O projeto de lei da minirreforma do Código de Defesa do Consumidor, elaborado por uma comissão de juristas nomeados pelo Senado e encaminhado à votação do Congresso Nacional, prevê mais do que a proposta original de incluir temas que só agora ganharam atualidade, como o superendividamento dos brasileiros, ou que nem existiam quando a lei foi aprovada há 20 anos, como o comércio eletrônico.

A atualização busca ainda aprimorar a aplicação da própria lei. Uma proposta pretende que seja explicitada no novo CDC a proibição de anúncios de crédito sem juros. A ideia, defendida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin, que preside a comissão, determina que sejam fornecidas informações minuciosas sobre os custos dos financiamentos. Mas ela não tem o apoio incondicional das en-

tidades de defesa do consumidor.

“Qualquer mudança no Código provoca preocupação, porque ele continua moderno exatamente por manter suas características lógicas, generalistas e de caráter social coletivo. É preciso tomar cuidado para que o que é moderno depois de 20 anos não se transforme numa legislação descaracterizada”, diz Maria Elisa Novais, gerente jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). “O temor é que haja um retrocesso numa norma legal atual e eficiente, por conta das implicações políticas inerentes ao Legislativo”, afirma Carlos Coscarelli, chefe de Gabinete da Fundação Procon São Paulo. “É preciso manter o Código sem que ele seja mutilado com prejuízo aos consumidores”, endossa Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da Proteste — Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.

## ► Estratégia de venda

A promessa de vendas parceladas sem juros é uma estratégia usual do comércio brasileiro. O exemplo mais lembrado é o das montadoras de automóveis. Sempre que estão com os pátios lotados de veículos elas recorrem ao artifício em anúncios nos jornais, nas rádios e nas grandes redes de televisão. Em maio deste ano, quando os estoques atingiram 366,5 mil automóveis, o equivalente a 43 dias de vendas e o maior nível desde 2008, as fábricas chegaram a anunciar uma redução da produção com férias coletivas dos operários e vendas facilitadas sem juros, antes de o governo reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros.

Uma pesquisa da Proteste constatou, porém, que comprar um veículo a prazo nunca sai pelo mesmo valor da compra à vista. O estudo concluiu que o problema começa na falta de trans-

parência das informações prestadas ao consumidor, e quase sempre desemboca na falta de cumprimento da determinação prevista no CDC, que manda anunciar o custo efetivo total (CET) dos financiamentos de forma clara e correta, como determina a lei. Muitas vezes, as instituições financeiras não cobram juros, mas colocam este custo embutido em outro. “Ao esconder o CET da transação, as empresas induzem o consumidor ao erro, fazendo-o acreditar que o financiamento não tem custo”, revela Maria Inês Dolci. A entidade recorreu ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), que chegou a pedir às fábricas de automóveis, sem sucesso, que retirassem os comerciais do ar.

A tramitação de processos de propaganda enganosa na Justiça não é mais efetiva. A Fundação Procon São Paulo, que este ano fez mais de 700 mil atendimentos conciliatórios só na capital e encaminhou cerca de 3.500 denúncias coletivas sobre práticas comerciais ilegais, até hoje não registra nenhuma condenação sobre propaganda enganosa em vendas que prometem juro zero. “É difícil comprovar a publicidade enganosa. No caso do juro zero, é difícil de ser enquadrada porque ele vem maquiado no preço à vista para disfarçar os juros no parcelamento. O Procon-SP já instaurou vários inquéritos, mas nunca conseguiu evoluir para a denúncia”, revela Carlos Coscarelli.

É esse tipo de dificuldade que o projeto de lei de minirreforma do Código de Defesa do Consumidor pretende eliminar com a proposta de explicitação na lei da proibição de anúncios que

prometem vendas sem juros. Na avaliação que o ministro Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin apresentou durante audiência pública no Senado sobre o projeto de lei, a transparência do custo total seria um dos pontos cruciais do novo Código. “Hoje, todos os consumidores, do analfabeto ao mais culto, são enganados quanto aos juros”, afirmou. “Não é possível, numa economia de mercado, se ter crédito sem juros. E, no Brasil, hoje se anuncia venda de automóvel em 36 vezes sem juros. Não preciso de especialista para indicar que aí está uma gravíssima violação do direito do consumidor.”

Nem todo anúncio de juro zero é propaganda enganosa. O governo de Santa Catarina, por exemplo, criou um programa de apoio aos pequenos empresários em que eles podem sacar até R\$ 6 mil por intermédio de organizações da sociedade civil de interesse público de crédito (Oscips), sem cobrança de juros — desde que as parcelas do empréstimo sejam quitadas em dia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) com juros reais negativos. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, oferece o programa Juro Zero a empresas inovadoras, com faturamento anual de até R\$ 10,5 milhões, que proporciona financiamentos de R\$ 100 mil a R\$ 900 mil, corrigidos apenas pelo índice da inflação — Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em São Paulo, há ainda o Programa Pró-Trator. Os juros do financiamento do Banco do Brasil

para o produtor rural adquirir máquinas agrícolas, que pode ser pago em até seis anos, com carência de até três anos, são pagos pelo governo do estado.

São exceções à regra em um mercado abundante na oferta de crédito. As entidades de defesa do consumidor ponderam que a simples proibição de anúncios sobre juro zero não representa garantia de que o artifício não voltará a ser usado, pois novamente vai remeter a responsabilidade da condenação dos infratores à Justiça, que até agora não tem se sensibilizado com o assunto. “O problema não está na lei, mas nas instituições”, afirma Maria Luisa Novais. “O Código de Defesa do Consumidor já explicita, no artigo 37, que ‘é proibida toda propaganda enganosa ou abusiva’, mas não existe uma autoridade na área de publicidade, apenas um conselho de autorregulação, que não funciona, além das dificuldades da Justiça em reconhecer esse tipo de propaganda. Crédito é um produto, e quem o fornece precisa ser remunerado. O que se critica é que o fornecimento desse crédito seja feito com propaganda enganosa.”

No Brasil, onde a publicidade de crédito é agressiva e promete realizar sonhos, uma solução mais eficiente do que recheiar a lei com minúcias seria a conscientização do consumidor de que o crédito só deve ser utilizado em caso de necessidade. Alguns especialistas acreditam que a educação financeira, por meio de iniciativas, como o Programa de Educação Financeira (PEF) do Banco Central, pode fazer mais pelos tomadores de financiamentos do que a minirreforma do CDC. ▣





